

As felizes avaliações do nosso Banco Central

10 SET 1984

O Banco Central tem publicado regularmente um importante documento que é a avaliação do andamento do chamado programa de ajuste — interno e externo — da economia brasileira. Tivemos na semana passada mais uma dessas publicações.

Sabe-se que a primeira reação do público diante de informações de fontes oficiais é indagar se elas são confiáveis ou não. O leitor sabe melhor do que nós quais os fatores que nos levaram a tal clima de desconfiança entre autoridades e público. Portanto, é útil, antes de comentar o documento, lembrar que ele foi elaborado e subscrito também por técnicos dos credores privados, ou seja, é de se supor que eles não se deixariam ludibriar por qualquer manifestação das fantasias oficiais.

Por isso mesmo é de ressaltar o bom andamento do programa brasileiro. Bom andamento, diga-se de passagem, aos olhos dos credores. Como se sabe, tanto estes quanto o FMI não consideram como critério de bom andamento da economia coisas prosaicas como, por exemplo, a melhoria do bem-estar da população e o aumento das oportunidades para que esta realize suas aspirações. Os critérios de desempenho examinados nessas auditorias freqüentes junto aos países endividados referem-se a coisas muito mais interessantes e sofisticadas, como, por exemplo, a evolução das necessidades de financiamentos do setor público, o comportamento do crédito interno líquido, das reservas internacionais, do endividamento externo, etc. Se as pessoas estão comendo bem, vestindo-se bem, gozando de boa saúde, trabalhando bem, é questão que interessa mais a políticos desocupados e jornalistas desinformados. Nada disso garante pontualidade nos pagamentos, que, afinal, como todo mundo sabe, é a razão principal da nossa existência e das preocupações de qualquer governo.

Mas vamos lá. Ainda bem que, pelo menos sob aqueles justíssimos critérios de desempenho, o Brasil vai muito bem, lembrando um pouco o presidente que um dia se preocupava porque a economia ia bem enquanto o povo ia mal. Era a época do milagre brasileiro. Nesta época sem milagres, digamos que se a economia também fosse mal, aos olhos dos credores, o povo poderia estar pior.

A primeira observação a fazer é que o déficit em contas correntes no nosso balanço de pagamentos vem caindo realmente em ritmo impressionante. De mais de 14 bilhões de dólares em 1982, para pouco mais de seis bilhões no ano passado e algo em torno de 2,7 bilhões neste ano de 1984, com possibilidade de ser menor, uma vez que o superávit comercial ainda pode alcançar mais de 12 bilhões de dólares em vez dos 11 previstos no documento.

Existe, portanto, de fato, uma perspectiva de o déficit em transações correntes, principal motivo para a tomada de empréstimos externos, ser zerado no ano que vem. É claro que isso depende do comportamento do comércio internacional e das taxas de juros, principalmente nos EUA. Mas nas circunstâncias prevalecentes hoje ele sem dúvida chegará a zero.

O que colocaria o governo brasileiro diante de uma opção bem mais agradável do que aquelas que teve durante o período Figueiredo: não tomar mais empréstimos, estabilizando a dívida pela primeira vez nos últimos dez anos, ou tomar novos empréstimos, mas para investimentos, e não para saldar juros como tem feito até agora.

Ou seja, o crescimento da dívida, se acontecesse, seria economicamente positivo.

De qualquer modo, os dados do documento nos revelam que o próximo governo já iniciará seu mandato em situação financeira externa e interna mais favorável: reservas em bom nível e em elevação; déficit público sendo realmente contraído. Em resumo, com as alavancas ajeitadas para uma política de retomada do crescimento, se desejar; e de mais eficaz redução da inflação, se tiver habilidade.

Isso é o máximo que a qualquer novo governo se pode permitir aspirar na conjuntura atual.

Digamos, portanto, que na frente externa o pior realmente já passou. É evidente que nem por isso podem ser abandonados os esforços para se obterem condições mais favoráveis nas negociações com os credores e com as instituições oficiais no Exterior. Aliás, na semana que vem teremos a reunião de Mar del Plata, que dará seqüência às discussões de Cartagena. Ali novamente estarão reunidos os ministros das finanças e chanceleres dos países latino-americanos, em busca de uma maneira de encetar, com os países credores, um diálogo construtivo mas no nível governamental e não privado.

Por outro lado, também neste mês de setembro começarão as negociações técnicas com os credores privados a fim de acertar um novo esquema de sustentação financeira, que o governo brasileiro pretende seja plurianual, mas que teria de qualquer modo perfil semelhante ao esquema anual em andamento.

Nas duas frentes, na frente diplomática e na frente financeira, o Brasil pode e deve, mesmo em período de campanha sucessória, que drena energias, alargar brechas. Na frente financeira, embora não haja grande vantagem em se ampliar a dívida externa, seria estrategicamente interessante conseguir apoio maior do que aquele estritamente necessário para a cobertura do déficit em transações correntes, até mesmo para deixar margem a uma possível retomada do crescimento ou como segurança contra imprevistos do comércio e das finanças mundiais.

Na frente diplomática não há por que interromper ou atenuar os esforços para se conseguir solução mais estável e duradoura. O argumento de que o sufoco foi superado não deve arrefecer tentativas de alcançá-la, uma vez que a vulnerabilidade do programa de ajuste em andamento é elevada e, além disso, ele não cumpriu seu principal objetivo que é, alegadamente, o de desaguar numa fase de retomada do crescimento. Mas, de qualquer modo, estamos agora caminhando melhor nessa direção do que estávamos meses atrás.